

II. DELIBERAÇÕES

CÂMARA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 24/2022

XIII MANDATO

ATA N.º 24/2022

Reunião ordinária pública de 28 de outubro de 2022

Ao vigésimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Auditório da Pousada da Juventude, Rua de Santa Margarida, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS) e **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS). Faltou a **Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Presidente da Câmara e a **Vereadora Bárbara Seco de Barros** (CDU), substituída por **Vitor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos e, Liliana Cristina Siva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas dezassete horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 23 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leituras das atas, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: O **Vereador do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo**, solicitou que fosse “retificada ligeiramente a ata” relativamente ao seu

sobrenome, uma vez que estava incorreto. O **Presidente da Câmara** refere que, será efetuada a respetiva retificação, assim, a versão da ata submetida a votação terá a correção solicitada.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

2. PROPOSTA DE ACORDO NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 1259/06.5BEBRG E DO PROCESSO N.º 1122/05.7BEBRG. Presente a seguinte proposta: “Do **Departamento Jurídico**, submetendo ao Executivo Municipal, a proposta de Acordo no âmbito do Processo n.º 1259/06.5BEBRG – Tribunal Administrativo e Fiscal Porto – Juízo Contratos Públicos; e do Processo n.º 1122/05.7BEBRG- Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – UO 1, em que é Autor: ASSOC, ACE e Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. e Réu: Município de Braga”. O **Presidente da Câmara Municipal**, iniciou, lembrando “como é sabido, havia ainda dois processos em tramitação judicial relativos a trabalhos a mais que eram exigidos pelos empreiteiros que executaram a obra, o consórcio ASSOC”, no âmbito da construção do estádio Municipal de Braga. O Presidente da Câmara Municipal, justificou o acordo com o consórcio ASSOC, com o facto de a “autarquia já ter sido condenada num processo movido pelas empresas, que levou mesmo à penhora de contas, ficando ainda uma parte por liquidar”. Num outro processo, perante uma perspetiva de execução de cerca de 10 milhões de euros, face à execução de sentenças judiciais, o “consórcio de empresas aceitou uma redução de 42% do capital e de 40% de juros vencidos, subscrevendo a proposta negociada com os representantes do Município”, para que, a situação dos “dois processos fosse resolvida de imediato e em simultâneo”. O Município de Braga põe “fim a um longo litígio judicial com o consórcio construtor do novo estádio municipal”, no qual o “ganho de causa da Câmara seria pouco, daqui em diante e que estaríamos apenas a agravar a componente de custos”, avançando assim, com esta proposta para “erradicar estes processos de uma vez de todas para fazer este acordo”. O **Vereador do PS, Artur Feio**, questionou sobre a “obrigatoriedade de a proposta de acordo com o consórcio construtor ser votada em reunião do executivo”, tendo o **Presidente da Câmara Municipal** respondido que “não existe uma obrigatoriedade, mas que, atendendo aos valores financeiros aqui implicados, entendo ser conveniente, ver o assunto discutido e votado pelos eleitos da vereação”. O **Vereador do PS, Artur Feio**, questionou ainda, se o consórcio construtor vai ser financeiramente responsabilizado pelas deficiências detetadas na ancoragem de uma das bancadas do estádio municipal, tendo o **Presidente da Câmara Municipal** esclarecido que a “Câmara Municipal já investiu cerca de 300 mil euros com a correção das deficiências nas ancoragens” e que o consórcio vai ser acionado “para sermos ressarcidos desse valor e por eventuais encargos que venham a ser necessários para despesas análogas”. Interveio de seguida o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, lembrando que “esta força

política sempre se opôs à construção do novo estádio municipal e nos moldes e no local escolhido pelo executivo socialista da altura”, lamentando o “historial ruinoso deste negócio”, que deveria ter sido substituído pela requalificação do também municipal Estádio 1.º de Maio. Apesar de o acordo com os construtores do estádio, “atenuar a situação” financeira da Câmara Municipal, mantém a abstenção.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES. -----

3. PROPOSTA GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2023. Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 33º, n.º 1, alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º1, do art.º 45º e art.º 46º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, submete-se à consideração da Câmara Municipal que delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, os documentos previsionais de gestão para o ano de 2023, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e dela são parte integrante. Mais se submete à consideração da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 28.º, n.º 4 do art.º 29.º e n.º 4 e 6 do art.º 30 todos da LTFP, conjugados com o artigo 3.º, n.º 2, al. a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal: A aprovação do Plano de Recrutamento para 2023, autorizando cfr. artigos 28.º, n.º 3, conjugado com o artigo 30.º, n.ºs 4 e 6 da LTFP, nos termos e limites do referido plano, que: os recrutamentos para ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal possam ocorrer através de ofertas de mobilidade entre órgãos, cedência de interesse público, por via do mecanismo da mobilidade intercarreiras ou mediante procedimento concursal; o âmbito do recrutamento para preenchimento dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal de 2023 seja o de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo; O recrutamento dos postos de trabalho que vierem a ficar vagos durante o ano de 2023 possa ocorrer de entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo”. O **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, relegou para a “Assembleia Municipal uma posição mais substantiva desta força política, dadas as escassas 48 horas concedidas para análise de um documento de 500 páginas, sobre o qual não têm dúvidas em

considerar que não responde às necessidades dos bracarenses, nomeadamente ao não avançar com a municipalização integral da empresa AGERE.” Relevou ainda que, os aumentos das receitas municipais correspondem, em grande parte, à “transferência de novas competências da administração central”, “um presente envenenado” com o qual a Câmara Municipal se vê confrontada, avançando ainda que, o “executivo podia ter ido mais longe em investimentos em áreas como a habitação e a mobilidade”. Relativamente ao prazo do envio da documentação para a reunião da Câmara Municipal, o **Presidente da Câmara Municipal**, refere que, “como já tinha oportunidade de explicar à Vereadora Bárbara Barros, nós tínhamos o nosso ciclo de programação para fechar o orçamento e disponibilizar aos Senhores Vereadores, mas com, a previsão inicial da data da reunião. Com o pedido de solicitação de antecipação da reunião não tínhamos margem para acelerar o processo de conclusão do orçamento, e tendo também em conta que o Orçamento de Estado só foi apresentado no dia 10 de outubro, sendo algumas das informações importantes para formatar as peças orçamentais e foram estas as circunstâncias que levaram ao curto prazo de envio dos documentos”. O **Vereador do PS, Artur Feio**, abordou os documentos de gestão das empresas municipais, notando que a “AGERE ainda não conseguiu concretizar a empreitada da nova estação de tratamento de águas residuais, mais de dois anos passados sobre a aprovação da respetiva candidatura”, e continua “sem ter contrato de gestão delegada aprovado pela entidade reguladora”. Solicitou “o relatório de ROC, que continua em falta”. Relativamente à Investbraga, “gostaríamos de perceber porque mantem o apoio de 43 milhões de euros a uma empresa que chapa ganha, chapa gasta”. Saúdam o esforço do contrato programa do Theatro Circo. Ainda, pelo PS, o Vereador Hugo Pires parabenizou, a TUB, “à redução do tarifário dos Transportes Urbanos de Braga em 2023”. Relativamente às questões colocadas, pelo Vereador Artur Feio, sobre as empresas Municipais o **Presidente da Câmara Municipal** refere que quanto à AGERE, o “contrato de gestão delegada será presente à vereação até final do ano e que as obras da estação de tratamento aguardam ainda visto do Tribunal de Contas”, dará também indicação para que seja “enviado o documento solicitado” pelo vereador Artur Feio, o relatório do ROC. Relativamente à empresa municipal InvestBraga refere que, “o custo da estrutura da InvestBrag ligada ao desenvolvimento económico terá sempre que ser suportado pelo Município, foi o que assumimos desde logo”. Aludiu que, “o reforço do contrato programa com o Theatro Circo não é feito só pela candidatura à Braga 27, mas para dar cumprimento à nossa estratégia cultural Braga 2030, o nosso objetivo é atingir 8 por cento do orçamento municipal para a Cultura”. Por fim, regista o “elogio dado pelo vereador Artur Feio, quanto ao resgate da concessão que fizemos da gestão de estacionamento à superfície”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM O VOTO DE QUALIDADE DO**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VOTOS A FAVOR DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES. -----

4. ; 5. e 6. **PROCESSO DISCIPLINAR:** Presente a seguinte proposta: “A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo a matéria em apreciação (em cumprimento do nº 3 do art.º 55º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)”. **DELIBERADO ADIAR PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

7. **PROCESSO DISCIPLINAR:** Presente a seguinte proposta: “A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo a matéria em apreciação (em cumprimento do nº 3 do art.º 55º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)”. **DELIBERADO APROVAR COM CINCO VOTOS A FAVOR, QUATRO VOTOS CONTRA E UM VOTO BRANCO.** -----

8. **EMIÇÃO DE PARECER - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MORREIRA E TRANDEIRAS.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela **Ex.ma Presidente da Assembleia Municipal de Braga**, para efeitos de emissão de Parecer, não vinculativo, nos termos da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RJCMEF) relativo à pretensão de **desagregação da União das Freguesias de Morreira e Trandeiras** e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E COM VOTO CONTRA DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES.** -----

9. PROPOSTA RELATIVA AO CONTRATO DE COMODATO COM A CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Do **Vereador João Rodrigues**, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à celebração do contrato de comodato, com a **Cáritas Arquidiocesana de Braga**, de acordo com minuta que se anexa”. O **Vereador Artur Feio**, sugeriu que o alusivo ponto em votação, fosse “retirado da agenda da ordem de trabalho, alegando que a União de Freguesias de Lomar e S. Paio d’Arcos não foi consultada sobre o novo destino do edifício da antiga escola do 1.º Ciclo, para o qual tinha projetadas valências de apoio à juventude e terceira idade”. Pelo **Presidente da Câmara**, “o edifício é propriedade do Município” e sugere “uma moção conjunta não para a desagregação das freguesias, mas sim, defender o direito de escolha a cada uma das freguesias sobre o assunto”. O **Vereador João Rodrigues**, transmite que a “Caritas Arquidiocesana de Braga solicitou uma cedência do imóvel em causa por forma a instruir a candidatura ao PRR”, sem prejuízo de se continuar a diligenciar no sentido de, posteriormente e logo que seja formalmente possível, materializar a permuta”. O acordo tem por base a intenção da “Cáritas desenvolver no edifício da antiga escola um equipamento destinado ao acolhimento de emergência de pessoas em situação de exclusão social e especial vulnerabilidade”. A “pretensão dada ao edifício estava esplanada no documento da Estratégia Local, aprovada há uma semana atrás em Assembleia Municipal”. **O PS apresentou a seguinte declaração de voto**, “*Sobre a proposta de celebração de contrato de comodato com a Cáritas Arquidiocesana, que tem por objeto o edifício da antiga Escola EB1 de São Paio de Arcos, os Vereadores do Partido Socialista por entenderem que não foram encetadas as necessárias conversações com o atual Executivo da União de Freguesias de Lomar e S. Paio de Arcos, que se apresentou ao eleitorado nas últimas eleições autárquicas com um programa/projeto alternativo, em termos de uso, ao agora apresentado, e por entenderem que deveriam ser ouvidas as diversas partes e interesses relativos à celebração de um contrato de comodato com a Cáritas Arquidiocesana solicitaram que o Ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos para que este processo fosse encetado. Dada a recusa em o fazer por parte do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, e nas circunstâncias aqui descritas e na posse dos elementos que foram disponibilizados, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista decidem votar desfavoravelmente*”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VOTOS A FAVOR DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, COM VOTO CONTRA DOS**

VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES. -----

10. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS. Presente a seguinte proposta: “Da **DMGT-Gabinete de Arquivo**, conforme o estipulado no artigo 33º, nº 1, alínea ss) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propondo a alteração da seguinte designação toponímica na União das Freguesias de Merelim Pedro e Frossos, Braga: - A Rua 5 de outubro (artéria implantada no Lugar da Ramôa-Merelim Pedro), com início na Rua António Rocha e fim sem saída passa a ser designada **Rua 13 de Maio** (artéria implantada no Lugar da Ramôa-Merelim São Pedro) com início na Rua António Rocha e fim sem saída”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

11. EMPREITADA: CONCURSO PÚBLICO CPE.11.22. DMOSM – EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO COMPLEXO DESPORTIVO DA PONTE”. Presente a seguinte proposta: “Da **DMOSM**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a **aprovação da adjudicação da empreitada** em epígrafe, ao abrigo do artigo 70.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, vertida no Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, submetendo-se ainda para **aprovação a respetiva minuta do contrato**. Documentos constantes no processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES.** -----

12. EMPREITADA: “VARIANTE DO CÁVADO ENTRE KMS3+366,185 E 625,000 E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO, ENTRE A ROTUNDA DA AV. DO ESTÁDIO E A E.N.201”. Presente a seguinte proposta: “Da **DMOSM**, propondo a **aprovação** da prorrogação de prazo por **77 dias**, nos termos definidos na informação técnica da gestora do contrato e do parecer da fiscalização externa, da empreitada mencionada em epígrafe, informações essas constantes do processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO**

JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES. -----

13. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO DA MOBILIDADE DE BRAGA - VERSÃO FINAL. Presente a seguinte proposta: “Da **Vereadora com a área da responsabilidade da mobilidade, Olga Pereira**, submetendo à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do regulamento mencionado em epígrafe, ao abrigo do preceituado na alínea g) do n.º 1 do art.º 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA.** -----

14. REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA” E “OFICINAS COM HISTÓRIA” - INÍCIO DO PROCEDIMENTO. Presente a seguinte proposta: “DA **DMG-DEPARTAMENTO JURÍDICO**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação do início do procedimento regulamentar, relativamente ao Regulamento Municipal para atribuição da Distinção “Lojas com História” e “Oficinas com História”, nos termos do art.º 98º do Código do Procedimento Administrativo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA.** -----

15. PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - APOIO AO EMPREENDEDORISMO, FORMAÇÃO, INOVAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL E TURÍSTICA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta relativa ao acordo de cooperação a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Associação Empresarial de Braga**, (em anexo), que tem por objeto a atribuição de uma comparticipação financeira à AEB no valor de **180.000,00€**, destinada a apoiar um programa de desenvolvimento empresarial, o qual consagra um conjunto de atividades de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação e promoção comercial”.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

16. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no art.º 25º, alínea k do art.º 33º, nº 1, alínea m) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a) União das Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, para execução da obra denominada “Projeto - Requalificação da Rua da Veiga- 2ª fase – (Honorários)”, no valor de **4.805,00€**; **b) União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro**, para execução da obra denominada “Projeto - “Requalificação do Ringue em Oliveira S. Pedro – Honorários”, no valor de **11.808,00€**; **c) Freguesia de Ruilhe**, para execução da obra denominada “Projeto-Alargamento da Travessa de Pecelar – Ruilhe – Honorários”, no valor de **2.337,00€**”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

17. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 15º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual: **a) União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)**, no valor de **3.093,45€**, destinado a apoiar o “Projeto – Requalificação do Polidesportivo de Penso (Santo Estevão) - (Honorários)”; **b) União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)**, no valor de **38.889,07€**, para a “Requalificação do Polidesportivo de Penso (Santo Estevão)”; **c) União das Freguesias de Arentim e Cunha**, no valor de **129.674,05€**, para a “Requalificação do Cemitério de Cunha”; **d) União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panóias e Parada de Tibães**, no valor de **14.855,90€**, para a “Rede de Águas Pluviais na Rua dos Quatro Caminhos - Panóias”; **e) Freguesia de Esporões**, no valor de **3.321,00€**, para a “Requalificação do edifício do Salão Polivalente

da Freguesia – Honorários/Fiscalização”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

18. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES. Presente a seguinte proposta: **a) Da Vereadora com a área de responsabilidade da Inovação e Coesão Social, Carla Sepúlveda,** submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro à **Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial**, no valor de **3.000,00€**, destinado a intervenção nas instalações da sua sede, através da construção de instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do da alínea u), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; **b) Da Divisão da Cultura** submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta de um contrato de dinamização cultural que tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro no valor de **2.500,00€**, a **Bruxarias de Vale D’Este – Associação.** **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

19. APOIO FINANCEIRO – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. Presente a seguinte proposta: “Da **Vice-presidente Sameiro Araújo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o **Município de Braga e Hóquei Clube de Braga –Hóquei em Patins Sad**, no valor de **7050,00€**”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

20. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS. Presente a seguinte proposta: “Do **Departamento Financeiro - Divisão de Controlo da Receita**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a) Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º**, mapa em anexo; **b) Do nº. 4 do artigo H-1/16º**, mapa em anexo; **c) Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º** - Proposta de indeferimento, mapa em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.** -----

21. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2023. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023 em 0,25%, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e alínea o) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA**

CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES E COM ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA. -----

22. CAMPANHA EXTRAORDINÁRIA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Do Vereador com a área da responsabilidade do Ambiente e Alterações Climáticas, Altino Bessa, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à **Campanha Extraordinária de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia do Município de Braga**, que pressupõe um reembolso financeiro até um total de **15.000,00€** a todos os munícipes, individuais e associações, do concelho de Braga, (nº 3 do art.º 2º da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto), nos termos do documento em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES E COM ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA.** -----

23. MOÇÃO DE APOIO À CANDIDATURA DE BRAGA A CAPITAL EUROPEIA DA DEMOCRACIA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se moção de apoio à candidatura de Braga a Capital Europeia da Democracia, que vai em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

24. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO BRAGA – EDIÇÃO 2022/2023 – NORMAS. Presente a seguinte proposta: “Da **Vice-Presidente Sameiro Araújo** submetendo ao Executivo Municipal para apreciação e aprovação as normas do Orçamento Participativo Braga para a Edição 2022/2023, que se anexam”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

25. PROPOSTA RELATIVA À UNIDADE DE EXECUÇÃO Nº 7 – PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES. Presente a seguinte proposta: “Submete-se ao Executivo Municipal, para aprovação, a presente proposta de definição dos termos em que deverá ser executada mais uma

unidade de execução do Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF): a Unidade de Execução n.º 7 (UE7), devendo ser deliberado nos termos dos documentos que integram a proposta que vai em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DO VEREADOR DA CDU VITOR MANUEL JORGE RODRIGUES E COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA.** -----

26. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

---- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

---- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, dando “nota pública, que aguardamos uma resposta à informação e ao parecer que recebemos da CADA, relativamente ao contrato do names right do Altice Fórum e naturalmente todo o processo adjacente à questão da empresa Cervejeira que é patrocinadora do próprio espaço”. O **Presidente da Câmara Municipal** reforça que “já disponibilizamos a todos os vereados os contratos, com exceção daquilo que as empresas entenderam colocar e que diziam respeito à sua vida interna”. “Neste momento não existe nada nos contratos com contrapartidas para o Município”. “O que fizemos com o parecer, que nos foi chegado, foi pedir a fundamentação solicitada à empresa, naturalmente se o fizer, submeteremos à CADA para apreciação”. -----

---- Seguiu-se o **Vereador CDU, Vitor Rodrigues**, com duas questões: “a primeira quanto à queda de duas árvores na rua Machado Vilela, uma delas que se encontrava referenciada pelo estudo da UTAD, tendo uma delas provocado danos, assim “gostaríamos de saber quais as diligências que estão a ser tomadas”. A segunda questão e com base numa “notícia relativa à Fábrica da Confiança e suas valências”, “gostaríamos de ser esclarecidos quanto à natureza do equipamento cultural a instalar”. Quanto à 1ª questão, o **Presidente da Câmara Municipal**, informa que “os serviços comunicaram que

todas as recomendações da UTAD foram tomadas”, e estão a “alargar esta análise para outras árvores com situação idêntica”. “Mesmo com a intervenção recomendada pela UDAD, isso não é uma garantia de que não possa ocorrer uma situação como aquela que se verificou”, e a árvore em questão estava identificada pela UTAD “para intervenção e não para abate”. Terminou respondendo à última questão do Vereador da CDU, relativamente à fábrica da Confiança que, “sempre esteve previsto uma área para valência cultural, e estamos a negociar uma parceria, que está praticamente formalizada”. A área duplica, ou seja, os “500 metros quadrados passam para 1000 metros quadrados de áreas disponíveis para valências complementares à residência”. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---- Não havendo inscrições do público, o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, a título excecional, por serem assuntos das freguesias, deu a palavra a dois presidentes de junta de freguesia. -----

---- O **Presidente da União de Freguesias da Morreira e Trandeiras**, apela à desagregação das Freguesias de Morreira e Trandeiras, tendo o **Presidente da Câmara Municipal**, reforçado o que foi dito anteriormente no ponto oito, ou seja, se os vereadores assim entendessem “preparar uma moção conjunta não para a desagregação das freguesias, mas sim, defender o direito de escolha a cada uma das freguesias sobre o assunto”. -----

---- O **Presidente da União de Freguesias de Lomar e S. Paio de Arcos**, esclarece que, “nada têm conta a instituição Cáritas, o que está aqui em causa foi não terem sido atidos nem achados”, a “junta precisava de ser ouvida, para informar a população”, relativamente ao edifício da “antiga escola de Arcos”, sendo que tinham “ideias de apoio social para população. O assunto em questão foi debatido e votado no ponto nove da ordem de trabalhos. O **Presidente da Câmara Municipal** faz referência à transmissão de informação que é efetuada entre as mudanças das forças políticas e quando não existem em suporte digital dos documentos, o que é o caso, torna-se mais difícil e “como somos sensíveis a estas questões, obviamente que temos de encontrar outras soluções e espaços para a concretização dessas mesmas ambições”. O **Vereador João Rodrigues**, percebe que os “Senhores Presidentes de junta não conheçam de fio a pavo os documentos e na dificuldade em acompanhá-los”, mas a “pretensão dada ao edifício estava esplanada no documento da Estratégia Local, aprovada há uma semana atrás em Assembleia Municipal”. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. ----

ENCERRAMENTO: Às 20h15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----